

# na emenda da desincompatibilização

Da Sucursal de Brasília



O ministro da Justiça, Fernando Lyra, 46, classificou de "casuística" a proposta do deputado federal Manoel Costa (PMDB-MG), que aumenta para um ano o prazo de desincompatibilização para os ocupantes de cargos executivos que desejam concorrer à Constituinte. A seu ver, o presidente Sarney não precisaria desse expediente para promover uma reforma ministerial: "O Presidente tem respaldo suficiente e respeito da opinião pública para fazer as modificações que julgar necessárias. Basta querer. Ele não se utilizaria de um artifício desses".

Considerou o prazo atual de desincompatibilização (seis meses) "mais do que suficiente" e criticou os parlamentares que defendem a ampliação. "É uma pretensa defesa — assinalou Lyra — dos que não têm cargo público, com fins casuísticos, que em nada acrescenta ao processo de aprimoramento democrático do País".

O líder do governador na Câmara, deputado Pimenta da Veiga (MG), 38, revelou ontem que nas consultas realizadas a seus companheiros de bancada, "nota-se uma tendência" pela aprovação da emenda. Disse que muitos parlamentares o estão procurando espontaneamente para anunciar essa posição. Segundo já apurou, a maioria deseja também que o novo prazo de desincompatibilização atinja todos os ocupantes de cargos executivos.

O líder peemedebista contou que

## Richa defende eleições específicas para ANC

Da Reportagem Local

"A Constituinte será mais legítima e representativa se separada das atividades parlamentares ordinárias", declarou ontem o governador do Paraná, José Richa, 50, ao defender a eleição específica para a Constituinte, à parte do Congresso, porque ambos têm "funções distintas". José Richa quer também que candidatos avulsos possam se candidatar à Constituinte, "expressando livremente a vontade popular".

O governador do Paraná participou ontem do ciclo "Os engenheiros debatem a Constituinte", promovido pelo Instituto de Engenharia no auditório da Cesp, na av. Paulista, zona Sul de São Paulo. José Richa disse achar "desnecessária" a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, constituída pelo governo para fornecer subsídios à Constituinte, "mas não tenho nada contra. Os constituintes não vão deixar se influenciar e ela pode coletar sugestões da população", afirmou.



Lyra: prazo de 6 meses é suficiente

partiu de sua iniciativa o comunicado ao presidente José Sarney de que vem crescendo as adesões ao projeto do deputado Manoel Costa. O Presidente, segundo Pimenta, "espantou-se" quando soube que o projeto afeta também os ministros de Estado que desejam concorrer ao pleito de 1986. Acrescentou que, embora espantado, Sarney não fez nenhum comentário sobre o assunto nem apresentou diretrizes aos membros do Conselho Político.

## Dinheiro público

O 2º vice-presidente da Câmara, deputado Carlos Wilson (PMDB-MG), que também responde pela função de corregedor da Casa, manifestou apoio à extensão do prazo de desincompatibilização, sob o argumento de que "no Brasil, infelizmente, algumas pessoas não têm senso administrativo e são capazes de misturar o dinheiro público com o particular para ganhar eleição".

A seu ver, será difícil a aprovação dessa emenda, que traz restrições

para os que ocupam cargos no Executivo. Assinalou que, se o movimento parlamentar pela desincompatibilização de um ano não conseguir atingir a todos, conseguirá, pelo menos, estabelecer essa exigência para os secretários de governo e para os dirigentes de órgãos públicos da administração direta e indireta.

## Dois terços de subscrições

Nesse sentido, encontra-se no Senado projeto de emenda constitucional de autoria do deputado Haroldo Sanford (PDS-CE) que impõe o prazo de desincompatibilização de um ano apenas para os secretários de Estado e dirigentes de órgãos públicos. Os governadores, ministros, prefeitos e secretário de Estado que sejam titulares de mandatos eletivos teriam um prazo de seis meses para se afastarem do cargo.

O projeto foi apresentado com assinaturas de dois terços dos parlamentares das duas Casas Legislativas, o que concede prioridade à sua tramitação. O parecer sobre a matéria deve ser emitido pelo senador Milton Cabral (PFL-PB) até 11 de setembro e, provavelmente em outubro, a matéria entrará na Ordem do Dia, podendo servir de alternativa para negociação em torno da emenda do deputado Manoel Costa, que é mais abrangente.

A deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) observou que, na Câmara, o principal problema para aprovação da emenda Manoel Costa é representado pela presença de mais de cinquenta suplentes e que fariam pressão junto aos deputados para rejeição da matéria. Os suplentes seriam prejudicados se tivessem que perder o mandato por força do retorno ao Congresso dos parlamentares licenciados e ocupantes de postos do Executivo.

## Os governadores não concordam

Das Sucursais e da Reportagem Local

O governador do Rio Grande do Sul, Jair Soares, 51, "não se manifestará sobre hipóteses", disse a Assessoria de Comunicação Social do Palácio Piratini, em Porto Alegre (RS), a respeito da proposta de emenda do deputado Manoel Costa e de eventuais mudanças no Ministério. No entanto, segundo a assessoria, "se a emenda se transformar em lei, o governador irá cumprila". Seus assessores acreditam ainda que "dependendo da época", o governador poderia ser candidato à Assembléia Nacional Constituinte.

O governador do Paraná, José Richa, 50, discorda da emenda do deputado Manoel Costa. Em São Paulo, Richa disse que "nenhum tipo de cerceamento da liberdade, tanto do elegível como do eleitor, deve ser feito. A composição da Constituinte deve ser a mais livre possível".

Em Belo Horizonte, o governador

de Minas Gerais, Hélio Garcia, tem evitado tomar posições claras sobre o assunto, mas parece ser também contrário à ampliação do prazo de desincompatibilização. Um dos motivos seria o fato de que teria, mais uma vez, que promover o rearranjo de seu secretariado, logo após muitos secretários de Estado terem se afastado para concorrer à indicação de candidato a prefeito de Belo Horizonte. Outro motivo seria o fato de o próprio Hélio Garcia, embora ainda não o tenha anunciado, desejar concorrer a senador constituinte.

Em São Paulo, Jânio da Silva Quadros, 68, candidato da coligação PTB-PFL à Prefeitura da capital paulista, acha que se o projeto do deputado Manoel Costa for aprovado "é motivo de vergonha para nós, porque estaríamos confessando que se emprega a máquina administrativa para fins políticos". Mas, ao mesmo tempo, o considera "válido", na medida em que o uso da máquina para fins políticos é "uma prática constante".